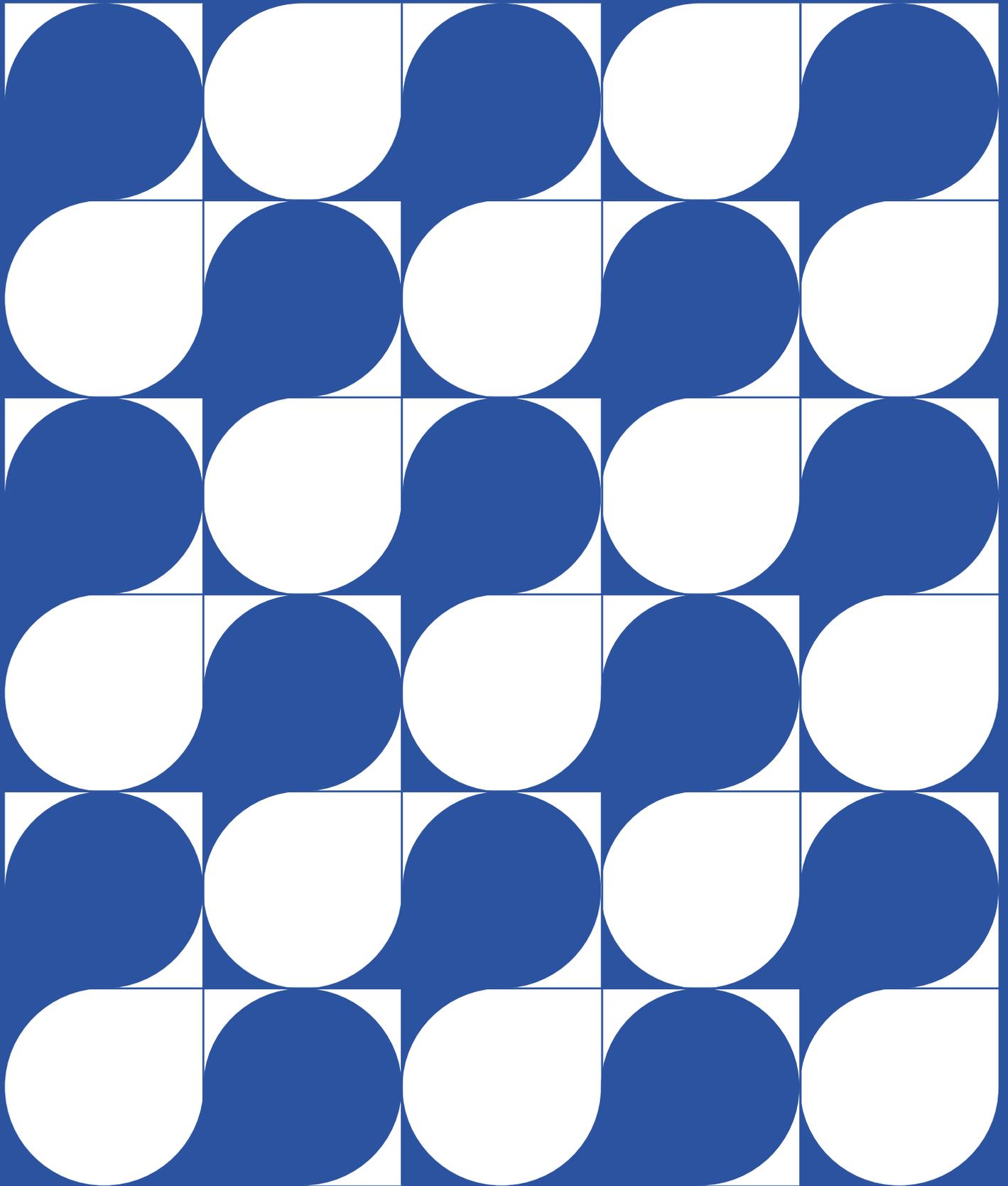


# Bindi



Dr. Diego Fonseca Dantas



Doutor em Educação pela Universidade  
Federal Fluminense (UFF).

E-mail: [diegodantas@id.uff.br](mailto:diegodantas@id.uff.br)

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.10081106>

# Conservadorismo e fascismo como questões culturais

Artigo

Conservatism  
and fascism as  
cultural issues

# Resumo

Este artigo faz uma revisão teórica sobre o ideário conservador e apontamentos sobre o fascismo referenciado em Lukács e Chasin, dentre outros. Coloca em perspectiva histórica a emergência e o estranhamento do conservadorismo, em breve síntese, respectivamente, entre o que ocorria na Europa ocidental e o Brasil, examinando, no terreno das relações sociais, o alcance, a profundidade e as suas possibilidades na cultura deste país. Consta que o conservadorismo praticamente nasce e se desenvolve com o próprio Brasil, e que, muitos de seus fatores sócio-históricos desde a colônia, como o abandono, a repressão, a brutalidade e a crueldade constituem a base objetiva dos discursos retrógrados e reacionários da pequena burguesia na atualidade.

# Abstract

This article-essay makes a theoretical revision about the conservative ideals and notes about the fascism referenced in Lukács and Chasin, among others. It puts the emergence and estrangement of conservatism into historical and classical perspective, in a brief synthesis, respectively, between what was happening in Western Europe and Brazil, examining, in the field of social relations, the reach, depth and possibilities in culture this country. It notes that conservatism is practically born and developed with Brazil itself, and that many of its socio-historical factors since the colony, such as abandonment, repression, brutality and cruelty constitute the objective basis of the retrograde and reactionary discourses of the petty bourgeoisie today.

---

Palavras-chave

fascismo; conservadorismo;  
ideologia.

---

Keywords

education; conservatism;  
ideology.

## Objetivo

Investigar os componentes ideológicos que deram e ainda dão forma ao conservadorismo estrutural brasileiro, e que em momentos determinados pela conjuntura histórica, como o atual, flertam acintosamente com o fascismo.

## Método

Crítica ontológica do pensamento conservador no campo cultural brasileiro, faz uma revisão teórica sobre o ideário conservador e apontamentos sobre o fascismo referenciado em Marx e Engels, Lukács, Escorsin Netto, dentre outros. Devido ao grande arco histórico que extrapola o espaço do artigo, identificar as manifestações culturais que criariam as raízes da sociedade brasileira, não sendo, portanto, nossa intenção reescrever nem tampouco sequer interpretar a história cultural do Brasil.

## Conclusões

Constata o entranhamento do conservadorismo examinando no terreno das relações sociais o alcance, a profundidade e as suas possibilidades na cultura do país. Conclui que o conservadorismo praticamente nasce e se desenvolve com o próprio Brasil, e que, muitos de seus fatores sócio-históricos desde a colônia, como o abandono, a repressão, a brutalidade e a crueldade constituem a base objetiva dos discursos e do tecido social na atualidade.

# Sumário

Introdução.....	06
1. Do pensamento conservador em geral.....	06
1.1 O conservadorismo da natureza humana.....	07
1.2 O conservadorismo como ideia e ideologia: conceitos e premissas teóricas e históricas.....	09
1.3 Do conservadorismo no Brasil.....	16
1.4 As raízes do conservadorismo brasileiro.....	17
1.5 Do conservadorismo colonial e a ameaça do mundo exterior.....	18
2. Da ameaça do mundo exterior.....	22
3. Considerações finais. Referências.....	26

---

1. Ou ao menos resquícios do fascismo. O que poderíamos chamar de profascistas ou neofascistas, o que demanda discussão, que extrapola este trabalho.

---

2. “Esta cultura, com seus traços mais determinantes, como o racionalismo, autonomia individual, humanismo, historicismo, e suas características mais marcantes – secularização, dessacralização do mundo, valorização da experiência controlável e universalizante-, não só expressa os aspectos ideais do mundo que vem a ser construído pela burguesia revolucionária. Expressa as condições sem as quais as próprias mutações técnico-produtivas seriam inviáveis, uma vez que o desenvolvimento científico, sem o qual é impensável o fenômeno industrializante, é resultado direto daquela cultura, que rompe com as verdades transmitidas pela tradição, com a dominância dos critérios religiosos para a condução da vida prática etc. sem as implicações desta cultura da modernidade – por exemplo, a constituição de um espaço público (com a refuncionalização da família e do papel social da mulher); o privilégio da calculabilidade (com o desenvolvimento das técnicas de manipulação e formalização impessoais) -, a industrialização e a urbanização seriam inconcebíveis” (ESCORSIN NETTO, 2013, p. 626).

## Introdução

Este artigo busca entender as motivações ideológicas por detrás dos atos políticos e da sociedade brasileira no decorrer de sua história, no que se refere a fenômenos que a nosso ver não são aleatórios e que justamente estamos perseguindo como pistas nesse trabalho, qual seja, o conservadorismo e o fenômeno do fascismo<sup>1</sup> no mundo e, sobretudo, na cultura educacional brasileira. É o que estudaremos neste artigo, procurando fazer uma breve digressão à luz da ontologia crítica sobre o percurso do conservadorismo e seus matizes ideológicos mais radicais, como o fenômeno do fascismo tanto no Ocidente como seus desdobramentos no Brasil. Se perfaz um estudo de relevância, principalmente pois estes movimentos, longe de serem apenas de mote político, têm grande penetração nas políticas setoriais de Estado, e a educação e a cultura são as primeiras a terem conexão mediata e direta com a questão da consciência e da ideologia. De início, abordaremos na primeira parte deste artigo uma seção sobre “*Do pensamento conservador em geral*”; em seguida, falar-se-á do “*Do conservadorismo no Brasil*”, e por último, e não menos importante, “*Do fascismo em geral e a conjuntura brasileira*”.

## Do pensamento conservador em geral

O conservadorismo, mesmo em seu recorte clássico até os seus diversos matizes da atualidade, pressupõe na consciência e na razão dos seus defensores, em última instância, a negação da história, principalmente naquilo que ela tem de modernidade<sup>2</sup> (ESCORSIN NETTO, 2013). Antes de entrarmos no estudo em si do conservadorismo, é importante discorrer brevemente sobre a história e sobre a natureza humana. Sobre a história, não há como não rememorar o alerta de Lukács de que a burguesia, já como classe dirigente, instrumentaliza toda a filosofia e todas as ciências, desde sempre provenientes da consciência reificada, para negar o materialismo histórico, isto é, nega a história como a razão da transformação e revolução, a mesma em que se transcorreu a revolução da burguesia contra os entraves do feudalismo no século XVIII. Pois, desde que ocorreu a Revolução Francesa e as demais

revoluções burguesas contra o *Ancien Régime*, a história passou a ser conscientemente escamoteada por essa mesma burguesia, como se fosse anistórica, negando o seu potencial transformador através da luta de classes, e dando por conclusa, ou seja, passou a concebê-la como o fim da história – a essa definição, damos por materialismo burguês (LUKÁCS, 2010) bem compreendido e definido por Lukács em 1922. Não é por acaso que a corrente do conservadorismo vira uma corrente ideológica<sup>3</sup> ‘para si’ justamente no marco da Revolução Francesa, quando a estrutura feudal que se tinha como estável é derrocada de forma irreversível.

Outro ponto importante a discorrer é o aspecto da natureza humana no que se refere à sua perspectiva histórica de conservação intrínseca de valores e crenças.

## O conservadorismo da natureza humana

Recorrendo à filosofia moral, é preciso recordar o aspecto imanente de ‘conservação’ da natureza humana. Ela é suportada por crenças que servem como uma tradição que se cristaliza na experiência a partir de ideias e impressões cada vez mais fortes no decorrer do tempo, e que formam as mais variadas instituições e regularidades, pois isso é um imperativo na experiência na formação do homem. Isto fica detidamente claro quando percebemos que, por detrás das instituições e de formas de governo, estão a crença, o costume, a tradição.

O que queremos deixar claro é que há uma tendência natural de sermos conservadores<sup>4</sup>. É da natureza humana conservar algo que já se sabe funcionar ou que já se conhece desde o seu nascimento, e pela sua educação do que destrói um mundo e constrói outro. É uma questão de segurança, da essência, por assim dizer, da natureza humana (HUME, 2009). Por isso, em alguma medida somos conservadores. E isto explica por que as tentativas históricas de subverter determinada realidade e tradição tenham tido seus reveses. Para exemplificar: em outro trabalho, tivemos a oportunidade de avaliar isto quando pesquisamos se um dado fenômeno político, sob a ótica de uma consciência de classe ou tipo de

---

3. Corrente ideológica, o que não significa que seja uma ideologia em uníssono, sem dissenso. Há disputas entre desde o conservadorismo “puro”, filiado ao conservadorismo clássico, com os liberais-conservadores, que são liberais na liberdade econômica e conservadores nos costumes, e ainda com o ultraconservadorismo, que possui filiação às raízes na tradição da religião e da família e no nacionalismo exacerbado ou chauvinismo e que por vezes está associado a extrema direita. Detalhes, ver: (KONDER, 2009); (KONDER, 2002). Trabalhamos aqui muito próximo da concepção de ideologia na obra de Lukács em sua Ontologia do ser social, especialmente no Capítulo “O ideal e a ideologia”. (LUKÁCS, 2002); que é tanto uma visão e ao mesmo tempo uma forma de luta no contexto de conflito entre o gênero e o indivíduo, mediada e que guarda as ‘marcas indelévels de sua base econômica. Por isso, que em uma mesma visão ou corrente ideológica, não há como haver homogeneidade, justamente por envolver um conflito entre o indivíduo e sua realidade (gênero).

---

4. Ver (TOCQUEVILLE, 2006); (HUME, 2004).

---

5. Filosofia alemã foi o marco de crítica de onde se desenvolveu o materialismo de Feuerbach, o positivismo de Comte, e o próprio marxismo.

---

6. Ver *Crítica aos Princípios de Filosofia do Direito do Estado de Hegel*, que foi o marco da virada do pensamento hegeliano de Marx para a dialética marxista.

---

7. Além disso, como arcabouço desta filosofia, embora se alicerçasse na razão, há o problema da irracionalidade e do conteúdo pretensamente inteligível nesta experiência do possível. Como em Kant, ficamos reféns de um conhecimento, de um mundo proferido, porque nós o criamos e temos o insuperável problema na dualidade entre a razão pura e a razão prática. Temos o problema da irracionalidade, de um conceito transcendental, porque, ao mesmo tempo em que se supera automática e inexoravelmente a experiência, se supera a própria razão em si. Este problema da irracionalidade será retomado, mesmo em síntese, quando abordamos a questão do fascismo.

tomada revolucionária, seria capaz de subverter dada realidade. A nossa conclusão foi de que o resultado das revoluções ou de se construir um “novo homem” sempre esbarrou em alguma medida na tradição, de forma que,

Podemos, também, na análise da moralidade no intento revolucionário, auferir o que Hannah Arendt dissecou no estudo sobre as revoluções e guerras (Guerra Civil nos EUA e a Revolução Francesa) a partir da tomada de decisão a círculos fechados no pós-revolução, tolhendo a liberdade e a expectativa do coletivo que lutou pela mudança e pela revolução da estrutura convulsionada. O próprio Tocqueville constatou o revés no pós-revolução de 1789 na França, que, uma vez posto, retomou as tradições e aos costumes do centralismo cartorial do Antigo Regime. Temos, portanto, exemplos de toda ordem na história para defender e auferir que, por detrás da própria ordem, está sem dúvida, o homem, com sua moralidade, suas instituições, sua crença, e a sua história. (AUTOR, 2014, p. 97)

Em outro exemplo, não por acaso, também se observa o conservadorismo na própria filosofia clássica alemã<sup>5</sup>, que vem no bojo do pós-revolução e da razão iluminista de Kant a Hegel, e tendia a convergir para a ordem ‘natural’ das coisas: para o *imperativo categórico* ou o *fim da história*, para o demiurgo da causalidade. Hegel, por exemplo, tinha tendências à conservação do status quo, como se observa em sua obra *Princípios de Filosofia do Estado de Direito*, e, por isso, foi criticado por Marx (2010)<sup>6</sup>. A crescente aceleração burguesa e do capitalismo em decorrência principalmente da Revolução Industrial na Inglaterra também foi observada por Hegel, contemporâneo a ela, mas, segundo sua teorização e sua razão dialética, apesar de ter constatado a precarização do trabalho e do homem cada vez mais , envilecido, o filósofo ponderou que seria impossível superar historicamente esta consciência e razão. Como também alerta Lukács, havia nesta filosofia o problema da irracionalidade<sup>7</sup>.

Em síntese, já que está a se falar de valores e crenças numa perspectiva de conservação histórica da tradição, precisamos entender que a consciência

do ser social pode se elevar com base na experiência, na realidade, mas, não podemos desconsiderar, neste processo de mediação, de conhecimento e de autoconhecimento, que isso se dá em meio a um indivíduo que já está entranhado e carregado por suas próprias crenças desde o seu nascimento. Por isso, à medida que o ser social toma consciência do que ocorre na experiência, há a formação da ideologia e o dissenso entre diferentes visões que compreendem o mundo real; em síntese, visões dentre as quais se destacam o conservadorismo, que aspira e luta por manter o legado destas tradições, do qual discorreremos adiante.

---

8. Konder em seu estudo sobre o fascismo no livro que introduz o tema, adverte que nem toda pessoa de extrema direita é fascista (KONDER, 2009).

## O conservadorismo como ideia e ideologia: conceitos e premissas teóricas e históricas

Uma vez abordada a perspectiva de conservação da tradição, que é intrínseca à natureza humana, é preciso conceituar o momento determinante em que tal perspectiva se descola da natureza humana e se autonomiza em uma visão de mundo, isto é, em ideologia. Vale recordar que essa e demais visões de mundo servem de arcabouço ideológico para a formação do espectro político, que, de forma sumarizada, está dentro do ‘gênero’ do que é ser de direita e o que é ser de esquerda, assim como suas nuances do extremo deste mesmo espectro. Claro que aqui estaremos nos apropriando do estudo no campo da direita, pensamento conservador e do fascismo. Mas se mostra difícil não tangenciar em algum momento o estudo sobre todo o espectro.

Pois, a considerar este espectro político, temos sumariamente: 1) extrema direita (*filiados ao fascismo<sup>8</sup>, mas, não necessariamente*), 2) direita (+/- moderada e/ou liberal e/ou conservadora laica ou cristã), 3) centro (*políticos do campo institucional e status quo, oligarcas regionais, políticos profissionais do establishment*), 4) esquerda (*socialdemocrata e/ou trabalhista, os verdes ambientalistas, e/ou a esquerda das lutas identitárias e minorias*), 5) extrema esquerda (*filiados ao anarquismo, socialismo, comunismo*). Com efeito, a escala da direita, do centro ao extremo, é modulada de acordo com a intensidade do conservadorismo, isto é, em manter o status quo e o entendimento da desigualdade social

9. Alexis de Tocqueville (2006) em seu livro *O Antigo Regime e a Revolução* parte da ideia de que as estruturas do Antigo Regime estavam desgastadas em toda a Europa e o fato de ter eclodido a revolução na França foi justamente em vias da estrutura centralizada da administração pública da monarquia francesa, fazendo com que Paris concentrasse, também, além das demandas e problemas de todo o país, uma grande industrialização, dobrando o número de operários nos últimos 60 anos antes da Revolução. Por isso Paris tinha uma supremacia de toda ordem entre os distritos. O “conde” Tocqueville cita até que “*se um estrangeiro acessasse os arquivos dos departamentos e ministérios saberia mais do que qualquer um dos franceses*” (TOCQUEVILLE, 2006, p. 43). Por conta do centralismo despótico, da falta de liberdade política e livre iniciativa, de toda insatisfação com a estrutura aristocrática e feudal do Antigo Regime agravado pela falta de articulação por parte do governo com os ditos primeiro e segundo Estado, clero e nobreza; por conta de privilégios de classes com a abundância desorganizada e desigual de riquezas; a truculência a partir do reinado de Luis XVI seguida da tomada de terras e propriedades; a educação dos filósofos perante as massas; e a crescente classe burguesa (dos burgos) que formaram o terceiro estado, suplantou um regime com o ideário de liberdade, igualdade e democracia, mas, que após a primeira fase da Revolução, retornou-se ao vício do centralismo despótico e cartorial, que deixou introduzir-se ao vício moral do centralismo, com algumas das leis e pensamentos do Antigo Regime.

As lutas de classe ficaram escancaradas entre a Burguesia, e o proletariado. Assim, como a pequena burguesia e frações remanescentes do pré-capitalismo. Marx esclarece isto em as *Lutas de Classe na França*.

e econômica como algo natural; e a esquerda, do centro ao extremo, provém da intensidade de seu progressismo, isto é, na militância e no afã por mudanças e transformações, sejam no campo da política institucional ou por ações ilegais e revoluções da sociedade atual, sobretudo no que se refere à mesma desigualdade naturalizada pela Direita.

O marco deste dissenso remonta ao século XVIII. Com a Revolução Francesa em 1789 e a transmutação radical por que passou a sociedade e o Estado francês, aquilo que ainda se tinha dos fundamentos do Antigo Regime (TOCQUEVILLE, 2006)<sup>9</sup> caiu, e deu lugar à tomada revolucionária pela burguesia. Isto acabou por desencadear outra noção do que até então ocorria no mundo feudal, já que até então, no longo período da Idade Média (séculos X-XV), não se vislumbravam mudanças radicais no tocante à monarquia, sobretudo no que se refere à autoridade divina do Rei e à estrutura feudal com a repartição de poder e de status com títulos nobiliárquicos (visconde, conde, barão, duque) e de propriedades locais com sua nobreza (aristocracia), clero (*burocracia eclesiástica da Igreja Católica Romana*) e com o terceiro estado (burguês).

Após a Revolução, a sociedade baseada nestes três estamentos estruturais agonizava; era um regime que estava morrendo e algo ainda estava nascendo com a ascensão da burguesia no compasso da evolução do capitalismo comercial. Principalmente após golpe do *Dezoito Brumário* em 1799, com a subida de Napoleão Bonaparte ao poder, se criou uma luta aberta<sup>10</sup> (MARX, 2012) na Assembleia Nacional entre aqueles que tinham uma visão conservadora e, de certa forma, cética aos acontecimentos da Revolução, que vieram no rescaldo das reflexões e estudos do inglês Edmund Burke (1790), contemporâneo da Revolução - e bem depois, isto foi se consolidando historicamente pela profusão de ideias e estudos a partir da Revolução e de outras experiências revolucionárias, como os estudos do conde francês Alexis de Tocqueville (1856), o *Antigo Regime* e a *Revolução*, e de August Comte (1842), *Curso de filosofia positiva*, que revisitaram os arquivos da época. À época, como marco fundador do pensamento conservador (1790), esta visão propagada por Burke ressonava, sobretudo, a visão de mundo ainda remanescente de frações da aristocracia e do clero de toda a Europa. “A função social do pensamento

conservador, tal qual aparece nos imediatos continuadores de Burke é inequívoca: o conservadorismo expressa o interesse dos privilegiados do Ancien Régime, a nobreza fundiária e o alto clero” (ESCORSIN NETTO, 2013, p. 654). É precisamente:

este período de configuração da sociedade burguesa que assiste ao surgimento do pensamento conservador – não é por acaso que a obra fundante do conservadorismo seja a de Burke, resposta imediata e de enorme impacto à Revolução Francesa. [...] o que Burke repudia vigorosamente não é o desenvolvimento capitalista como tal, mas: 1º a forma da ação política e 2º a destruição de instituições sociais consagradas pela tradição. A forma da ação política repudiada por Burke é a da revolução burguesa que mobiliza massas. A instauração de novas instituições segundo uma racionalidade antitradicionalista é rechaçada por Burke. (ESCORSIN NETTO, 2013, p. 644)

Ocorre que historicamente, à medida que a Revolução e seus valores de modernidade avançavam, assim como o modo de produção capitalista, parte deste grupo se adaptou aos novos tempos aliando uma visão, assim digamos, liberal da economia, mas permanecendo conservadora na ordem e nas tradições<sup>11</sup> no que se refere aos costumes, morais, religiosos, caros àquela estrutura feudal. É obvio que estamos falando *‘historicamente’*, avançando um tanto desde período, mas não esqueçamos que isto remonta sem margem à dúvida ao pensamento de Burke que fez sua primeira publicação em 1790, um ano após o início da revolução. Não é por acaso que Burke é o patrono patrono do conservadorismo e leva ao nome de fundações conservadoras nos Estados Unidos. Pois:

Burke quer a continuidade do desenvolvimento econômico capitalista sem a ruptura com as instituições sociais pré-capitalistas (o privilégio da família, as corporações, o protagonismo público-temporal da Igreja, a hierarquia social cristalizada). E considera que a Revolução é excrescência desnecessária que efetiva esta ruptura. Sinteticamente, poder-se-ia afirmar que Burke deseja o capitalismo sem a modernidade. (ESCORSIN NETTO, 2013, p. 644)

---

Burke: “Eu gosto de pensar que amo uma liberdade viril, moral e regrada assim como qualquer cavaleiro dessa sociedade, seja ele quem for; e talvez eu tenha dado boas provas de meu apego a essa causa em todo o curso da minha conduta pública” (BURKE, 2017, p. 32).

---

12. Embora definitivamente após fim do século XIX com a derrocada da Comuna de Paris, principalmente, a perspectiva do reacionarismo como retomada do poder político tenha ficado para trás, e a preocupação da burguesia foi se consolidar para evitar qualquer avanço ou revolução por parte do proletariado.

---

13. “O pensamento conservador exprime, assim, um projeto de restauração que em pouco tempo revela-se inviável. Entre 1815 (o Congresso de Viena, que consagra a Santa Aliança) e 1830 (a Revolução de Julho que derruba, na França, Carlos X, o último Bourbon), o que se manifesta, na Europa Ocidental, é a irreversibilidade das transformações que o desenvolvimento do capitalismo impõe as instituições sociais. As perspectivas restauracionistas que, até então, pareciam viáveis, tornam-se claramente utópicas” (ESCORSIN NETTO, 2013, p. 654).

---

14. Este conceito de retrógrado numa perspectiva reacionária é importante quando qualificarmos algumas pautas, ideias, ideologias e até atos que chegam a nível de política institucional e leis da cultura educacional no decorrer deste trabalho.

De outra parte, compunham-se de setores que, principalmente quando se parecia irreversível, aquelas mudanças ainda tinham uma perspectiva reacionária, o que se pode identificar claramente nas lutas de classe na França em 1848, quando o *ethos* da Revolução Burguesa foi *refuncionalizado* (ESCORSIN NETTO, 2013), isto é, deixou-se conscientemente perder àquela pulsão revolucionária para manter o status quo e frear em um primeiro momento atitudes reacionárias de restauração da ordem antiga<sup>12</sup>, querendo se aproveitar da instabilidade das hesitações de seus vários grupos no Partido da Ordem para tentar uma restauração à monarquia. Era a reação, tentando a fórceps, mudar a rota da história para voltar ao passado. Esta visão era defendida por um pensamento conservador que se, num primeiro momento, era contemporâneo à época, foi cada vez mais tomando forma na história como um pensamento reacionário, se descolando do pensamento conservador. Com efeito, a perspectiva do reacionário em restaurar a ordem do *Ancien Régime* tornava-se cada vez mais uma utopia<sup>13</sup>. Os patronos deste pensamento eram os filósofos franceses De Maistre e De Bonald. Afirma Coutinho:

O pensamento conservador moderno [...] apresenta inúmeras e polimórficas faces. Manifestou-se de modo explícito, por exemplo, em pensadores como os franceses De Maistre e De Bonald, defensores do *Ancien Régime* e do direito divino dos monarcas; neste caso, tratava-se de um conservadorismo que poderíamos definir abertamente como abertamente reacionário. Esta modalidade do pensamento conservador não é a dominante hoje, ainda que continue a ter solitários e quixotescos defensores. (COUTINHO, apud ESCORSIN NETTO, 2013, p. 59)

Não dá para fazer um longo excuro histórico do conservadorismo e seus desdobramentos, o que extrapolaria a finalidade deste artigo - que é o impacto do conservadorismo na cultura educacional. De toda forma, há apontamentos que fizemos questão de mostrar para um pensamento reacionário, ou que consideramos de retrógrado<sup>14</sup>, no sentido de *tentar a fórceps* restaurar condições pré-capitalistas. Isto nos parece não factível. O conservadorismo está histórica e dialeticamente interligado, na medida

em que se opõe à ideia de *progressismo* (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2010, p. 242), isto é, de uma razão de que a iniciativa e o conhecimento do homem são capazes de transformar as condições da sociedade e de melhorar em prol de uma finalidade. Como o desenvolvimento das ciências e das forças produtivas, assim como do Estado, são irreversíveis, o conservadorismo sempre procurou *em seu tempo* aceitar a ideia de que estas mudanças eram “pontos de chegada” de um acúmulo de experiências que produziam um salto qualitativo, mas sempre negando ao *progressismo* a ideia de uma razão humana autônoma que, por sua iniciativa *revolucionária*, viesse a transmutar dada realidade.

O conservadorismo tenta parar a roda da história (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2010). Nega a luta de classes ou, se a aceita, usa de meios de controles sociais e de políticos para frear, mitigar as mudanças que sabem ser irreversíveis pelo avanço natural das ciências, da técnica e da tecnologia e, por conseguinte, dos valores da sociedade, cuja modernidade vai lhe arrancando, mesmo que de forma relativa àquelas condições de mandonismo, patriarcalismo, vassalagem, e hierarquização da sociedade; por isso, a preocupação com a ordem do Estado e da sociedade e na tradição da família, de modo a não proporcionar uma anarquia na sua falta, nem um regime tirânico caso falhem os meios de controle interno. Pois, para o conservador mediano que defende a propriedade, a tradição da família e a ordem do Estado, não se deseja nem a anarquia da ordem, nem um regime despótico ou tirânico (CONSTANT, 2007). Prefere a moderação. Por isso, atualmente o regime da democracia representativa burguesa é o meio de conservação que os conservadores têm em mão. Pois,

Tem maior interesse a posição da ciência política, para o qual o termo conservadorismo designa ideias e atitudes que visam à manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras. [...] na relação que se estabelece entre progressismo e conservadorismo, este é sempre apresentado como negação, mais ou menos, acentuada, daquele; aparece como tal mostrando assim seu caráter alternativo; existe só porque existe uma posição progressista. Daí a conhecida tendência dos conservadores a não sistematizar o próprio pensamento que, sendo alternativo, nunca poderá ser concluído e fixado de uma vez para sempre; tem de acompanhar de perto a natureza dinâmica e a contínua tendência expansiva do progressismo. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2010, p. 242)

Agora, entrando no conceito: a visão conservadora de Burke que poderíamos chamar do

---

15. Ordem para a manutenção do sistema de Estado, a constituição da ordem (direito) e a estabilidade para proteger a propriedade. (CONSTANT, 2007).

início de conservadorismo liberal, conforme prefácio de Carlos Nelson Coutinho (COUTINHO, apud ESCORSIN NETTO, 2013, p. 59) que refluí até a atualidade como hegemônico, possui a expressão em síntese de modificar, reformar algo, mas sem convulsionar as estruturas. Uma característica ficaria como questão central até o conservadorismo atual. Liberdade com ordem. A visão de revolução assustava principalmente por passar a ideia de um retorno ao estado de natureza, *da guerra de todos contra todos*, e sobretudo por ameaçar a essência do novo modo de produção, a propriedade. Por isso, a aliança natural entre o conservadorismo e o liberalismo político e econômico. Os filósofos liberais, como John Locke, Benjamin Constant, Adam Smith, fundamentam toda a questão da liberdade como um direito natural e político da natureza humana e, para isto, independentemente da visão contratualista e de princípios universais da governança de um Estado ou da importância do capitalismo e da terra como produtor de riqueza das nações, era preciso, para a manutenção do sistema, a constituição da ordem e a estabilidade para proteger a propriedade. Burke, conservador, observa

Devo, por conseguinte, suspender os meus parabéns à nova liberdade da França até ser informado desta relação dessa liberdade com o governo, com a força pública, com a disciplina e obediência dos exércitos, com a cobrança de uma receita eficaz e bem distribuída, com a moral e a religião, com a solidez da propriedade, com a paz e a ordem, com os costumes. Todas estas coisas (à sua maneira) são boas também, e sem elas a liberdade sequer é um benefício, e provavelmente não durará muito tempo. (BURKE, 2017, p. 34)

Pois bem, a liberdade dos indivíduos, conquanto não seja à margem do Estado, coloca uma preocupação comum entre os proeminentes defensores do conservadorismo e do liberalismo, cada qual com suas bandeiras. A questão da ordem<sup>15</sup>. O filósofo francês Benjamin Constant, por exemplo, destacou a importância da ordem e da autoridade política no que também lhe depõe um espírito de conservação. Afinal, ele é um liberal clássico. Observa Constant

Dois movimentos são naturais para qualquer nação que derruba instituições julgadas opressoras e viciadas. O primeiro é o de querer ver tudo destruído e erigido de novo; o segundo, de demonstrar severidade implacável contra aqueles que lucraram com os vícios das instituições anteriores. Esses dois movimentos são precisamente os que tornam as revoluções horrendas, os que fazem as pessoas ultrapassarem suas necessidades, prolongam duração dos levantes e põem em risco seu sucesso. Os homens ilustrados devem se esforçar para barrá-los e suspendê-los. (CONSTANT, 2007, p. 668)

Para concluir, à medida que defendem como pensamento a ordem, a reprodução em alguma medida da tradição e a compatibilidade com o desenvolvimento capitalista, o que dá a tônica seus diversos matizes do pensamento conservador, algo novo, entretanto, acontece. Pois o pensamento e as ideias normalmente descolam da prática, principalmente quando a mesma é canalizada e materializada em ações concretas na experiência política. O marco destas ações se vê mais uma vez na França, quando no confronto entre o afã de ‘revolucionar’ do proletariado, o mesmo esbarrava no espírito de conservação da burguesia em ascensão. Independente dos receios da revolução que eram confidenciados por Burke e pelo próprio Constant e Tocqueville, a política como finalidade e um pôr teleológico da burguesia se deu conta de que, se a Revolução agora vinda das massas era perniciosa, entretanto, os golpes dentro do Estado passaram a ser considerados desde que em prol da manutenção ou expansão da burguesia e do modo de produção capitalista. O Golpe de ‘Dezoito de Brumário’<sup>16</sup>(MARX, 2012) de Louis Bonaparte, sobrinho de Napoleão, inaugura este tipo de ação drástica quando acende o sinal de alerta do avanço do proletariado. E inaugura o Estado bonapartista, autoritário. O que parece, em princípio, uma contradição com liberalismo e com alguns preceitos do próprio conservadorismo como a ordem, é vista agora sempre como uma alternativa para reacomodar o sistema sem prejuízo da burguesia, quando há alguma ameaça advinda do proletariado.

16. *O conservadorismo como fenômeno político*: Marx testa sua teoria e concepção filosófica da compreensão da história, realidade e mundo, através da aplicação do “método” do materialismo histórico e dialético, onde ele relata os acontecimentos e fatos históricos da França, mostrando que é a luta de classes fomentada nas condições e relações de produção socioeconômicas, que se faz como o “motor da evolução da história”; e que no caso, o objeto do livro, levaram um Napoleão caricaturado, Louis Bonaparte à eleição em 1848 e ao golpe de Estado em 1851. A articulação entre os legitimistas (Bourbons) e os orleanistas, e as classes burguesas levaram a formação do Partido da Ordem, ao esmagamento sem dó nem piedade do proletariado, em fases que levaram a formação da Constituição a partir da Assembleia Constituinte, e por fim, a uma **ditadura de republicanos burgueses**; ao esfacelamento do Partido da Ordem, e, por conseguinte, a quebra da identidade da nação, o que formou a uma conjuntura favorável ao golpe de Napoleão III, com a ideia e respaldo no imaginário político de um governo forte e autoritário, o que significou a morte de qualquer pretensão de poder pelos Bourbons e Orleans, e de aristocratas, para a manutenção da força da burguesia – fatos específicos e dentro de um mesmo contexto da luta de classes e pelo poder -, antes do golpe que mostram fielmente para a visão marxista como é o Estado representativo, feito à base de concessões, provimento de interesses, acordos ora acordados ora desfeitos por trás da máquina do Estado. E como na conveniência de classes e de poder foi fatídico para a forma como Marx cita apenas como previsão do que estaria para acontecer: com o golpe dado em circunstâncias de desorganização de classes do trabalho, num histórico em que o proletariado manipulado pela classe burguesa republicana estava em derrocada, e que ao sabor dos acontecimentos – o golpe de dezoito de brumário de Louis Bonaparte foi apenas à farsa da tragédia em 1799 proferida por seu tio Napoleão (MARX, 2012).

---

17. Depoimento de Luiz Felipe de Alencastro. GUERRAS do Brasil.doc. Direção: Luiz Bolognesi. Produção: Luiz Bolognesi. Netflix. 2019. Ver também (SCHWARCZ, 2019); (ALBUQUERQUE, 1981).

---

18. Em 1549 a Coroa permite o início dos trabalhos da Companhia de Jesus. Os jesuítas não tinham como escopo um voluntarismo desinteressado, muito pelo contrário visavam a formação de um homem cristão e de uma sociedade aterrada e aderente ao Estado português. Dessa forma, além da catequese dos indígenas escravizados, o trabalho missionário voltava-se para o ensino de ofícios para a construção de casas, obras urbanas, embarcações e todo tipo de artefato que requeria o desenvolvimento de habilidades manuais, como a carpintaria, a marcenaria e a pintura. A não transmissão do saber estava reservado à massa de populares, desvalidos da fortuna, e, sobretudo, aos indígenas e negros escravizados, restando a estes, exclusivamente, o trabalho brutalizado (CUNHA, 2005). Já no caso da prole dos senhores de engenho, isto é, da aristocracia agrária, assim como das camadas urbanas, isto é, comerciantes e proprietários de pequenas oficinas o acesso à formação era liberado conforme o desejo do patriarca familiar.

---

19. Um olhar ainda que superficial sobre a história do Brasil nos mostra um país constituído sobre bases extremamente conservadoras. Ocupado intensivamente pelos portugueses a partir de meados do século XVI, o Brasil se estruturou e manteve por três séculos seguidos uma miscelânea de práticas coloniais, como a escravatura, e práticas econômicas mercantilistas aplicadas por Portugal. Reproduzidos pela elite burguesa que aqui se instalou visando o enriquecimento da Corte e de si própria, os valores e as crenças tradicionais na península ibérica como o mandonismo, o patriarcalismo, a hierarquização, o desprezo pelo trabalho, a subserviência brutal, a corrupção, o patrimonialismo e o culto a redentores de ocasião, trazidos para cá, moldaram os indivíduos livres em diferentes posições na escala social. Também a violência foi, desde sempre, um elemento seminal na constituição elementar da sociedade brasileira, não apenas contra o escravo, mas, também, contra a mulher, contra a criança, contra o pobre. Detalhes ver: Tese de doutorado (DANTAS, 2020).

## Do conservadorismo no Brasil

Após breve estudo sobre o conservadorismo a partir de sua formação clássica no século XVIII, é preciso entender como este pensamento se acomodou no Brasil, dadas suas particularidades, considerando a questão do desenvolvimento desigual se comparado à Europa Ocidental e à América do Norte. Pois o Brasil, “descoberto” no ano mil e quinhentos e somente ocupado pelos portugueses sessenta anos depois, seguiu um receituário diferente do Ocidente nesta época que teve consequências após o marco da revolução Francesa (1789), uma vez que teve, aqui, uma herança de miscelânea de práticas pró-feudais, com lento avanço burguês – o que culminou, em 1822, quando no Brasil já podemos caracterizar o conservadorismo carregado de um legado desde mil e quinhentos. Práticas ditas escravocratas, com a migração forçada e escravização de 12 milhões<sup>17</sup> (BOLOGNESI, 2019) de africanos para o Brasil, sendo estimado que trezentos mil deles sequer tenham chegado aos portos brasileiros com vida, dão à tônica deste processo histórico. A opção desde então deliberada, com o suporte dos jesuítas<sup>18</sup> de se criar um fosso na cultura educacional, que se resume ao dualismo na educação - uma para ricos e as classes médias e outra para os escravos (CUNHA, 2005), e depois, pobres e populares, como é outro exemplo da preocupação constante da elite social e econômica em conservar privilégios e mitigar o acesso universal ao ‘Estado’ à maioria da população. É óbvio que a questão do conservadorismo<sup>19</sup> (DANTAS, 2020) no século XV não estava dada como uma corrente de pensamento estruturada, mas é inegável não considerar, que estes valores e crenças, como o mandonismo, o patriarcalismo, e a hierarquização da sociedade (FERLINI, 1991), moldaram desde então até os nossos dias a tradição conservadora no Brasil (SCHWARCZ, 2019), principalmente a partir do século XVIII, quando o mundo era tomado pela agenda das revoluções. Aqui, como na seção anterior, faremos breve excursão dado o arco de 500 anos. O que importa aqui é como este pensamento foi traduzido e aculturado no Brasil.

## As raízes do conservadorismo brasileiro

No Brasil, como será visto em seguida, o curso da colonização fomentou um legado cultural para outros marcos do país, como o Império e a República, que podemos considerar como de bases conservadoras, autoritárias e violentas que seguiram por séculos, em que, mesmo com resistência prática, restou um legado cultural difuso no imaginário social, no qual despontam, dentre outras mazelas, o desprezo pelo trabalho, a subserviência<sup>20</sup> (COUTINHO, 1990), a corrupção, o patrimonialismo e o culto a redutores de ocasião. Nota-se a prática conservadora que era a condição *sine qua non* da época, uma vez que já se enraíza no tempo e se torna a essência histórica do agir e do pensar e das instituições legadas ao Brasil<sup>21</sup>.

Com efeito, o conservadorismo se estabeleceu, no Brasil, como prática antes de sua idealização. O que é o conservadorismo, como visto na seção anterior? A nosso ver, é um misto de corrente de pensamento, de formas de pensar e agir que deliberadamente procuram conservar as instituições, a moral, os valores de dada sociedade e de dado período histórico, de modo que não haja prejuízo dessas mesmas instituições em relação ao ‘progressismo’, à inexorabilidade das mudanças históricas que ocorrem em decorrência da evolução constante das ciências e da técnica. Quem é conservador quer, por óbvio, conservar algo. Pressupõe-se uma elite ou um grupo dirigente ou aliança de grupos que querem conservar relativamente dada sociedade de modo a garantir a ordem (BURKE, 2017) e a liberdade (CONSTANT, 2007) nos marcos da sociedade burguesa, da propriedade. Os defensores da restauração à ordem antiga, de seus valores, de suas instituições respondem a um pensamento minoritário que são os reacionários (DE BONALD, DE MAISTRE), o que não quer dizer que não façam barulho e agitação que mereçam, por vezes, destaque.

Pois bem, entre os séculos XVI e XVIII, forjadas sob a égide do privilégio patrimonialista, as relações sociais no Brasil tinham na concentração da propriedade, no grande latifúndio, uma “forma específica e harmoniosa às determinações mercantis da colonização” (FERLINI, 1991, p. 36).

---

20. Para Coutinho, sobre a subserviência se tratava de um relacionamento de favor cuja principal marca era a consagração de vínculos de dependência pessoal, de resto “um modo de relacionamento autoritário mesmo quando paternalista” (1990, p. 44). Quanto ao desprezo do trabalho, as relações sociais do Brasil Colônia advindas da influência de Portugal e da península ibérica, apreendia os estudos superiores e o interesse intelectual como um “fetiche, ornamental, voltada para o intimismo e ao ecleitismo” (COUTINHO, 1990, p. 43). Sobre estes pontos, ver também (SODRÉ, 2003).

---

21. São bases conservadoras e temporalidades diferentes que surge nesse cenário, e não há espaço aqui para esboçar detalhadamente este estudo. Todavia, achamos que partir do conservadorismo, por meio do programa do Império, da República Velha e até se esboçar em um esforço ultraconservador de ideação por parte de grupos (entre eles, a Ação Integralista Brasileira, a Ditadura Civil-Militar, o PRONA), sem olhar as bases coloniais, nos deixará trilhar um caminho monolítico. A nosso ver, é a partir deste contexto da colonização até a Independência, passando pelo século XX, que entenderemos de forma mais aproximada possível como que movimentos vindos da sociedade para abarcar a educação e a cultura, independentemente da visão conservadora moderada ou radical, são fenômenos que têm algum diálogo, cujos ‘conservadorismos’ marcam predominantemente o Brasil até a atualidade.

---

22. “O Rio se tornara capital do Brasil desde 1763, e agora precisava exercer sua centralidade política e histórica. Além do mais, o estabelecimento necessitava confirmar sua origem palaciana, bem como justificar a composição do quadro de sócios, basicamente pertencentes às elites agrárias locais. Dessa maneira, nada mais adequado que a construção de uma história oficial que concretizasse o que, àquela altura, parecia artificial e, além do mais, recente; um Estado independente nas Américas mas cujo projeto conservador levou à formação de um Império (regido por um monarca português) e não de uma República. Ademais, era preciso enaltecer um processo de emancipação que ia gerando muita desconfiança e conferir-lhe legitimidade. Afinal, diferentemente de seus vizinhos latino-americanos, o chefe de Estado no Brasil era um monarca, descendente direto de três casas reais europeias das mais tradicionais: os Bragança, os Bourbon e os Habsburgo” (SCHWARCZ, 2019).

---

23. Sobre o assunto ver, dentre outros, Lessa (2001); Cunha (2005); Priore (2016); Fernandes (2006), Furtado (2007).

Estas relações foram estabelecidas desde os primeiros momentos dos ciclos extrativistas que se sucederiam, como a madeira, o açúcar e o minério. De todo modo, reconhecia-se que tal condição estrutural criaria uma “forma política de exclusão da população livre da posse de terra e do controle do poder local e do direito de ter vínculos com o Estado, sedimentado a arraigada estrutura de privilégios” (Idem).

Trazido de Portugal pelos donatários que deram início ao processo de colonização brasileiro, foram se formando valores que se consolidariam como o *télos* conservador a partir do Império<sup>22</sup>, donde podemos afirmar o ‘conservadorismo como corrente de pensamento, ideologia e programa político’ (SCHWARCZ, 2019).

Tanto que, antes mesmo do fim do período colonial, uma combinação de fatores associando interesses ligados à propriedade e à produção fariam com que as elites dominantes, i.e., a Coroa, os senhores da terra e a igreja, entrassem em acordo com a pequena burguesia que havia emergido socialmente, sobretudo ao longo do ciclo da mineração. O objetivo do acordo foi o de realizar os ajustes teleológicos necessários, a fim de superar os conflitos intermitentes, adequando as práticas e os costumes às crescentes pressões por mudanças. Ao compartilhar o controle sobre a propriedade, o sistema colonial manteria, assim, a sua hegemonia ideológica, tendo o conservadorismo como *télos* insuperável para o destino da então outrora colônia<sup>23</sup>. Era espírito de conservação que vigorava, principalmente nos períodos de transição.

## Do conservadorismo colonial e a ameaça do mundo exterior

A conservação latifundiária tinha como norte as mãos da Coroa portuguesa e os senhores por ela contemplados, incluindo, por um bom tempo, os religiosos da Companhia de Jesus. Ao monopólio da terra, somava-se ainda o controle da produção, fosse mediante o escravismo ou outras formas elementares de exploração do trabalho de indivíduos brancos livres, em grande parte degredados. Acentuando com maior

força o patrimonialismo lusitano, visando o férreo controle da terra e da produção, a Coroa trouxe ainda a exigência das práticas cartoriais como forma de manutenção da ordem estamental. Tais fatores seriam determinantes então para que, entranhados nas relações sociais de produção na forma de acumulação pré-capitalista, em pouco tempo a colônia tivesse uma estrutura de um clã familiar patriarcal, na qual dispunha-se um emaranhado de segmentos sociais subalternos. Conforme estudo de Samara (1991) cabia, portanto, à família<sup>24</sup>, tomada como célula da sociedade, um papel central nas relações sociais, cuja composição mantinha não apenas ligados por laços de sangue, mas também um séquito de agregados, como vizinhos e filhos ilegítimos. O patriarca mantinha todos sob sua proteção em uma forma hierárquica análoga à corte, posto que, aos olhos da sociedade em geral, demonstrava seu poder, prestígio e indulgência. Dadas essas condições, a família condicionava “seus membros a uma certa trama de relações aparentemente estáveis, permanentes e tradicionais, já que absorvia toda a vida social ao seu redor” (SAMARA, 1991, p. 10). De acordo com Samara (1991), havia uma relação intrincada e direta entre família, poder local e sociedade, sendo que o patriarca (ou o seu grupo parental) “cuidava dos negócios e tinha, por princípio, preservar a linhagem e a honra da família, exercendo sua autoridade sobre a mulher, filhos e demais dependentes sob a área de sua influência” (SAMARA, 1991, p. 11). A família colonial era, por conseguinte, a instituição que visava preencher as lacunas do Estado Português, principalmente nos primórdios da colonização (séculos XVI e XVII).

Dada a sua importância, a vinculação a esses agrupamentos permitia uma maior participação política, social e econômica na ordem patriarcal. E, se por um lado, para estes indivíduos era necessário procurar a proteção de uma família, para o patriarca também era interessante a sua manutenção, pois, isso significava projeção política em uma sociedade em que o prestígio era medido pela quantidade de arcos que o seguiam. (SAMARA, 1991, p. 13)

Além desses fatores de natureza aos quais, historicizados, caracterizamos

---

24. Cabe ressaltar aqui que, esta concepção de família (FERLINI, 1991); (SAMARA, 1991) não se esgotava em si, e não se tratava de uma generalização, nem tampouco uma “abstração”. Mas, era uma concepção que possuía uma mediação para a época colonial, o que não é algo determinado em si, e é passível de discussão e atualização constante conforme historiografia recente, o que por questões óbvias, extrapola um maior aprofundamento neste artigo.

---

25. A diminuição da exploração do açúcar se deveu basicamente a três fatores determinantes: queda do preço do açúcar brasileiro, perda de entrepostos do mercado oriental para a Holanda e falta de controle nos mercados africanos e orientais (ALBUQUERQUE, 1981).

como conservadores, porque mantenedores de uma ordem constituída e de suas instituições, tais relações eram fortemente amparadas pela presença dos jesuítas à frente de um projeto educacional consolidado. Apesar de viverem em conflito permanente com o Estado português devido à sua autonomia comercial, os jesuítas, ademais do que ofereciam no terreno da educação ao longo de pouco mais de dois séculos, haviam expandido uma cultura segregacionista que serviria de arcabouço ideológico para a legitimação daquela ordem social. De acordo com Cunha (2005, p. 66):

Embora a Igreja Católica, com suas ordens e congregações, fosse assim dependente do Estado, não é menos verdade que este dela dependia, em termos ideológicos. A ação educativa religiosa, desenvolvida tanto no púlpito quanto nas escolas, cimentava a ordem social estruturada na crença da organicidade dos estamentos e o direito divino do poder monárquico.

A decadência do ciclo açucareiro predominante no litoral brasileiro, e a descoberta de jazidas de ouro e pedras preciosas nas regiões de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso em fins do século XVII, provocaram, de início, uma migração em massa de aventureiros vindos da Bahia e de São Paulo (ALBUQUERQUE, 1981)<sup>25</sup>. De acordo com Furtado (2007, p. 118):

De Piratininga a população emigrou em massa, do Nordeste se deslocaram grandes recursos, principalmente sob a forma de mão-de-obra escrava, e em Portugal se formou pela primeira vez uma grande corrente migratória espontânea com destino ao Brasil. O perfil da colônia iria modificar-se fundamentalmente.

Por estar afastada geograficamente do litoral, centro do poder colonial e do alcance direto dos senhores da terra, a região das jazidas de ouro e garimpo de pedras preciosas foi ocupada sem controle e não raras vezes de forma extremamente violenta (SODRÉ, 2003). Fosse pela ação da grilagem ou do arrendamento de frações de terra das grandes propriedades pertencentes à Coroa e aos senhores coloniais e seus herdeiros, o interior

da colônia passaria por uma rápida transformação em seu perfil. Áreas até então rurais seriam ocupadas por acampamentos de garimpeiros e mineradores, acompanhados de perto por negociantes, comerciantes de alimentos, ferramentas, etc. Vilas seriam erguidas e muitas delas se tornariam ricas e cresceriam, e outras seriam simplesmente abandonadas.

Longe de portos e centros de escoamento, distribuição e abastecimento que ficavam na região da economia açucareira, com pouco ou nenhum controle do Estado, a migração desordenada provocou, na região, uma área de cobiça e violência, um aumento de preços nos alimentos, fome e falta de serviços básicos de mestres de ofício. Sem condições logísticas e de infraestrutura, os povoados existentes ou criados no interior atraíram os poucos mestres de ofício locais existentes, como pedreiros, carpinteiros, ferreiros, entalhadores e pintores<sup>26</sup>. No início do século XVIII, incentivados pela própria coroa, um grande contingente de migrantes portugueses de pequenas posses, todavia portadores de um grande conhecimento técnico no ofício de metais e pedras preciosas, se dirigiria para aquelas regiões. A migração de contingentes massivos de pessoas interessadas nas riquezas exploradas e no comércio daí decorrente, atrairia não apenas os ibéricos e europeus em geral como, ainda, incontáveis comerciantes nômades do Oriente Médio<sup>27</sup>. O povoamento ostensivo da colônia com migrantes, que traziam uma cultura elevada, imprimiria uma capilaridade intelectual até então desconhecida na colônia, posto que uma quantidade expressiva deles se formara pela razão iluminista, sendo ainda herdeiros da reforma protestante que abalara moralmente e dividira politicamente a Europa ao longo dos séculos XVI e XVIII<sup>28</sup>.

No hoje clássico *A revolução burguesa no Brasil*, Florestan Fernandes observa que as mudanças nas relações sociais não ocorrem de súbito, mas sim nas agruras do próprio sistema, de forma a fazer nascer o novo, em meio às estruturas do velho (FERNANDES, 2006). Na formação pré-capitalista brasileira, sob domínio compartilhado dos senhores de engenho e dos jesuítas, a existência de indivíduos livres não constituía problema maior para a estrutura do clã comunal, posto que, para sobreviverem, aqueles indivíduos se submetiam, em regra, ao controle dos proprietários dos meios de produção. Embora sendo propriedade privada, a terra era

---

26. Cobrava-se tão caro por um serviço ao ponto de a Câmara Municipal de Vila Rica criar um regramento sobre “taxas, padrões de trabalho e preços para ferreiros” (CUNHA, 2005, p. 35).

---

27. Calcula-se que entre o início do ciclo do ouro, cerca de 1685 e o seu apogeu, cerca de 1750, a população estabelecida no Brasil tenha saltado de 300 mil habitantes para mais de 3 milhões de pessoas. Ver Prado Jr. (1963).

---

28. Apesar da contrarreforma católica ter obtido algumas vitórias importantes na França, na Espanha e em Portugal, o protestantismo continuaria avançando na Europa e se expandindo para o Novo Mundo, cabendo ainda registrar que a verdadeira ameaça que o protestantismo representava ao catolicismo não era efetivamente uma questão de crença religiosa, relacionada com a fé na divindade. Mas, sim, com a economia: i.e, com o modo de conceber as relações de produção, como o trabalho, a propriedade, o lucro, etc. (ALBUQUERQUE, 1981).

29. Como defendido no início desta seção, o termo conservadorismo está ‘historicizado’, uma vez que, na colônia, não estava dado como forma de pensamento que só ascende no século XVIII. Porém, estamos fazendo um estudo pregresso desde a Colônia. Talvez não tenhamos espaço aqui para enfrentar este problema, pois teríamos que fazer uma análise comparada e histórica entre as sociedades da época. Mas, não podemos olhar simplesmente de forma crítica um recorte histórico e o seu contexto sem tecer alguma análise de ordem qualitativa. Defendemos que, à medida que aquelas práticas se ‘historicizaram’, em alguma medida, torna-se possível classificá-las como momento fundante de valores e práticas conservadoras da atualidade. Cabe, portanto, nossa ponderação aqui colocada sobre o tema conservadorismo, que não deixará de ser alvo de controvérsias, com ou sem nossa análise qualitativa. Detalhes, ver: (DANTAS, 2020).

o lócus da família e da produção coletiva. Dessa forma, sem conflitos significativos, o tópos conservador fundado na propriedade, no controle sobre a produção e na família, análogo ao de Portugal, manteve-se íntegro como ideologia dominante no longo e quase exclusivo período do ciclo açucareiro.

Entretanto, a despeito da aparente vitalidade das práticas e costumes conservadores<sup>29</sup> dos estamentos então dominantes, como o respeito à hierarquia do poder local, a troca de favores e a rede de solidariedade, o sistema colonial brasileiro já dava sinais de que mudanças vinham ocorrendo. Aos poucos, os conflitos decorrentes de tudo aquilo que veio agregado ao ciclo do ouro alterariam a forma e o conteúdo das relações sociais até então conhecidas. Nesse novo contexto histórico, as pressões sobre a propriedade e a produção fariam com que a elite dominante promovesse de forma lenta, porém quantitativamente crescente, a mudança teleológica necessária à manutenção da sua hegemonia ideológica colonial.

## Da ameaça do mundo exterior

Dentre os fatores determinantes do movimento da metamorfose teleológica no padrão colonial brasileiro, está a propriedade. Sendo as terras pertencentes à Coroa concedidas a donatários para a sua exploração, o processo de acumulação primitiva se deu na forma clássica das formações pré-capitalistas. Como em muitos outros lugares, no Brasil, o entesouramento decorrente da produção extrativista e da atividade de mineração foi feito com base no trabalho escravo ou na servidão. Nessas condições inaugurais, o clã familiar, composto por laços de sangue e pelos agregados da propriedade – escravos ou não –, tinha um papel central nas relações de produção, mantendo a vida social “estável e permanente” (SAMARA, 1991). Todavia, ao fim e ao cabo do século XVIII, a estrutura que agora historicamente classificamos como conservadora da colônia brasileira se viu fortemente ameaçada de dissolução pelo “mundo exterior” (MARX, 2011, p. 384).

Para Marx (2011), a noção de “mundo exterior” se dá em meio a um processo histórico pré-capitalista, quando os indivíduos de dada comunidade, independentemente da consciência que tenham do fato de que não estão isolados, e que, portanto, pertencem a uma exterioridade social, se sentem ameaçados por tudo aquilo que lhes parece estranho. Segue, daí, que a perda do controle sobre as suas propriedades e o seu trabalho inclui, ainda, a perda dos valores morais e da ética provinciana, pois, uma vez instalado o *valor*<sup>30</sup>, a mercadoria dissolve “no ar” todas “as relações firmes, sólidas, com sua série de preconceitos e opiniões veneráveis [...]” (MARX, 2004, p. 14). Com efeito, a expansão dos negócios relacionados com a terra, fosse na forma do arrendamento legal de propriedades ou fosse na forma de grilagem, associado à expansão do comércio e da manufatura, acabaria por trazer o valor para o centro daquelas relações, ameaçando a estabilidade e o sentimento de perenidade do clã mediante a dissolução da propriedade.<sup>31</sup>

A expansão da ocupação territorial para o interior no curso do ciclo do ouro intensificaria, como observado antes por Fernandes (2006), as agruras do próprio sistema, como prenúncio do fim da velha estrutura patriarcal. Objetivamente, tais agruras emergem como decorrência das transformações relacionais observadas no interior da propriedade. Isto é, na esteira da acumulação de riqueza proporcionada pelo ouro e adjacentes, deu-se o aparecimento de uma quantidade extraordinária de pequenas e médias propriedades de comerciantes e prestadores de serviço, promovendo a expansão do número de vilarejos e cidades interioranas, as quais imprimiriam uma nova dinâmica relacional desta feita de corte burguês. E, na medida em que a propriedade cada vez mais assumia a forma privada, quebrava-se o vínculo natural entre terra e família ou comunidade. Para Sodré (2003), o migrante interno partia da constatação de que, na estrutura de engenho, mesmo sendo ele homem livre, não passava um subalterno sem recursos e sem qualquer chance de ascensão social e econômica. A oportunidade de se aventurar na região das jazidas o colocava na expectativa de se tornar proprietário de algo, em primeiro lugar, de sua própria vida, e acumular riqueza. Conforme Sodré (2003, p. 36):

---

30. Segundo Araújo, com base em Marx, “o *valor* é a relação social capitalista fundada na compra da força de trabalho mercantil pelas personificações da lógica do capital, tem determinação causal ontológica, a produção de bens em grande escala” (ARAÚJO, 2017, p. 2).

---

31. Reis (2014) destaca o caráter estrutural desse “relacionamento de negócios” esclarecendo que do ponto de vista do foreiro e do capitão do mato, o favor subjacente na transação assumia a forma de valor, sendo que na cadeia hierárquica decrescente normatizada no Brasil, esse valor favorecia os escravos e trabalhadores mais fortes ou mais habilidosos para a prática da violência. Cabe esclarecer, com Araújo (2017, p. 2), que é no ato da troca/favor que ocorre a exteriorização “[...] da contradição entre valor de uso e valor, de tal maneira que o valor de troca se torna a manifestação do valor”. Isso ocorre porque sendo o interesse do foreiro e a força de trabalho do capitão do mato as mercadorias a serem trocadas pelas benesses dos senhores da terra, temos que se trata de “um momento fundamental no processo de expansão do valor” (Idem, pp. 2-3).

---

32. É importante registrar o paradoxo resultante da expulsão dos jesuítas. Se, no curto prazo, representou o fim da única estrutura educacional então existente na colônia, no médio e longo prazo, dados os resultados educacionais derrisórios apresentados nos latifúndios por padres e mestres sem formação, pela primeira vez o Estado português se viu obrigado a compartilhar o ensino com a iniciativa privada entregue às ordens religiosas.

A mineração rompe o equilíbrio em que se processava o desenvolvimento colonial e inutiliza o esquema anterior. Em primeiro lugar, permite que indivíduos isolados se realizem economicamente, o que não acontecia no sistema de produção açucareira; em consequência, provoca um aumento demográfico considerável, passando a população da colônia do início para o fim do século XVIII, de 300.000 habitantes para 3.300.000, na maior parte concentrada nos altiplanos das Gerais.

Em que pese o estudo-síntese de Sodré, publicado em meados dos anos 1980, considerar a influência decisiva da migração de estrangeiros no processo que resultaria na metamorfose teleológica operada pela elite dominante no âmbito cultural da colônia na segunda metade do século XVIII, ele não chega a repercutir o peso da tradição conservadora incrustada no éthos colonial do migrante brasileiro. É partindo dessa hipótese que pretendemos seguir adiante.

Ao analisar o alargamento da estrutura das relações sociais de produção na colônia, Sodré objetiva que, “pela primeira vez na existência colonial, a população livre foi mais numerosa do que a população escrava [...]”, crescendo mais e mais depressa e ocupando o “espaço social extenso em que a divisão do trabalho se multiplicou” (SODRÉ, 2003, p. 26). Nesse sentido, diz ele com razão que “a camada intermediária” apresenta o espaço em que giram os elementos dotados de cultura” (SODRÉ, 2003, p. 33), concluindo que, atraída pela ideologia burguesa transplantada da Europa, essa camada geraria a singularidade histórica [do surgimento de uma] pequena-burguesia antes da burguesia (SODRÉ, 2003). Com efeito, a chegada de negociantes estrangeiros orientais com amplo conhecimento de livre comércio iria alimentar necessidades antes desconhecidas ou que eram simplesmente tolhidas no clã patriarcal, além de criar um espaço natural de formação para os negócios. Também a vinda de mestres de ofício europeus com conhecimento técnico e até algum refinamento estético iria preencher o vazio formativo deixado pelos jesuítas desde a sua expulsão, abrindo-se aí um espaço significativo para o aparecimento de formas de manifestação cultural até então desconhecidas<sup>32</sup>.

Sem ignorarmos o fato de que, ao concluir que, entre nós, o fenômeno do surgimento prematuro de uma pequena burguesia antes da burguesia se deveu ao pressuposto histórico de que o processo de dissolução da propriedade transformou o trabalhador comunitário em “propriedade alheia” (MARX, 2011, p. 409), somos levados a considerar que a análise de Sodré acaba por restringir tal fenômeno ao círculo de relações dos migrantes estrangeiros e brasileiros oriundos dos centros à época mais desenvolvidos, como Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Parece-nos pouco provável que a totalidade da pequena burguesia emergente no fenômeno examinado tenha simplesmente virado as costas para o acúmulo de mais de dois séculos de um legado cultural fundado na servidão, medida do qual a estrutura familiar do clã estava associada endogenamente. O que queremos dizer é que, embora o número de estrangeiros e brasileiros dos centros desenvolvidos tenha sido significativo ao longo de todo o período da mineração, de todo modo não suplantava o número de famílias cuja ancestralidade comum remontava às mais antigas formas de servidão na colônia nos ciclos extrativistas que precederam ao da mineração. O fato de terem tido a possibilidade de se tornarem arrendatários ou negociantes de terras, ou de terem efetivamente se tornado, ou de terem desenvolvido habilidades no comércio ou, ainda, em alguma manufatura, ou de terem se tornado “*valor* existente por si mesmo, como capital” (MARX, 2011, p. 409), não necessariamente aliviou o seu imaginário do peso do conservadorismo patriarcal, religioso e extremamente retrógrado. Assim, o que a nossa hipótese busca considerar em meio a ocorrência da mudança social examinada, são os “fatores adicionais” que possibilitem “a sua conversão em realidade” (LUKÁCS, 2013, p. 464). Isto é:

O que interessa é que a estrutura e dinâmica econômicas de uma formação repousa sobre relações categoriais identicamente estruturadas em última instância – mas só em última instância –, que uma mudança radical de estrutura e dinâmica só surgem quando, no âmbito do ser social, efetua-se a transição de uma formação para outra ou um período decisivamente novo da formação dada. (LUKÁCS, 2013, p. 464-465)

Sem embargo, no caso aqui examinado, temos como “fator adicional” o fortalecimento solidário das famílias oriundas do antigo regime de servidão e as consequências disso em meio às relações sociais ampliadas. A propósito disso, cabe observar que:

[...] o processo de produção é uma síntese de pores teleológicos, mas possui, ele próprio, como tal, um caráter puramente causal e jamais, em lugar algum, um caráter teleológico. Os pores teleológicos singulares constituem pontos

---

33. Cf. FERNANDES (2006).

---

34. Para além dessa contradição básica, a fração “enraizada” relacionava-se com as demais frações pequeno burguesas com base numa “dualidade ética”, segundo a qual seus próprios membros eram designados como *seu grupo*, e a coletividade em geral o grupo dos outros (FERNANDES, 2006).

---

35. Ver Lukács (1968).

de partida para cadeias causais singulares que se concentram no processo global, recebendo nele também novas funções e determinações. (LUKÁCS, 2013, p. 580-581)

De fato, vivendo um conflito ideológico próprio, no qual se percebem colocadas entre a vigência natural de uma moral conservadora e retrógrada e a ameaça do Estado e do liberalismo dos demais migrantes, uma pequena burguesia “enraizada”<sup>33</sup> encontraria na endogenia dos seus costumes comuns, como o silêncio, o segredo e a fé religiosa, um refúgio estratégico e a força moral para enfrentar o outro. Como pequenos burgueses “enraizados”, os membros dessa fração de classe deteriam uma condição singular na história colonial, posto que se encontravam contraditoriamente na obrigação de reconhecer e de seguir a dinâmica do novo estatuto social sobre propriedade e produção. Porém, na condição de herdeiros de um *éthos* tido por elas como especial, único e verdadeiro, buscavam impor a universalização de suas concepções arcaicas (ou senhoriais) no “*hic et nunc* social dos homens que agem socialmente em sociedade” (LUKÁCS, 2013, p. 465)<sup>34</sup>. Para Lukács (2013, p. 465):

Essa possibilidade universal de virar ideologia está ontologicamente baseada no fato de que o seu conteúdo [...] conserva dentro de si as marcas indelévels de sua gênese. Se essas marcas eventualmente desvanecem a ponto de se tornarem imperceptíveis ou se continuam nitidamente visíveis é algo que depende de suas – possíveis – funções no processo dos conflitos sociais.

## Considerações finais

Perto de concluir a volumosa ontologia do ser social, Lukács retoma o tema da violência no interior da problemática do estranhamento, algo que antes o havia ocupado por quase sete anos no seu estudo sobre o irracionalismo<sup>35</sup>. Dado que nos interessa refletir sobre a ideologia entranhada na violência e no irracionalismo, buscaremos extrair daí algumas questões que possam jogar um pouco de luz sobre a atualidade

de ambos na sociedade brasileira.

Logo na introdução de *El asalto a la razón* (1968), escrito entre 1952 e 1959, com uma ironia que lhe é peculiar, o filósofo húngaro alerta o leitor que o seu estudo “de modo algum pretende ser uma história da filosofia reacionária”, todavia destaca que desde a sua aparição e expansão, o irracionalismo foi convertido na “corrente dominante da filosofia burguesa reacionária” (LUKÁCS, 1968, p. 3). Mais adiante, voltaremos a isso. Já no estudo da ontologia, Lukács começa lembrando da inexistência de uma sociedade que tenha se desenvolvido economicamente para o capitalismo de forma “pura”, isto é, sem violência. Desse modo, comentando um trecho de *O capital*, no qual Marx analisa o vínculo ontologicamente irrevogável de economia e violência sob o capitalismo, Lukács (2013, p. 750-751) assevera que:

A verdade ontológica pela qual, no âmbito do ser social, a necessidade nunca é espontânea e automática como na natureza, mas se impõe com a sanção ontológica “sob pena de ruína” como motor das decisões teleológicas humanas, se manifesta de dois modos: em primeiro lugar, a necessidade puramente econômica funcionando normalmente numa economia capitalista se apresenta como “coerção muda” à qual o trabalhador pode ficar entregue “para o curso usual das coisas”; em segundo lugar, o uso da “violência imediata, extraeconômica, não é contestado de modo absoluto nem mesmo por uma situação normal, mas entra em cogitação apenas como “exceção”.

A partir dessas considerações iniciais, Lukács irá explorar nos pensamentos de Marx, Engels e Lenin, e as múltiplas determinações desse nexos participante da base objetiva do estranhamento. Reclama, com razão, da propaganda burguesa que deliberadamente busca misturar sob a mesma expressão *totalitarista* o fascismo e o comunismo como portadores do mesmo “parentesco tanto social como espiritual” (LUKÁCS, 2013, p. 789). Em contraposição àquela propaganda, o filósofo húngaro recorda que, no seu já citado *El asalto a la razón*, havia mostrado que concepções fascistas “constituem o produto gradativamente amadurecido de um desenvolvimento socioideológico reacionário secular”, acrescentando que, no processo de desenvolvimento capitalista, a unificação da “tendência conservadora de todos os momentos retrógrados da sociedade” ocorre de forma subterrânea (Idem).

Permitindo-nos projetar a perspectiva analítica de Lukács da confluência ideológica entre conservadorismo e violência no exame da particularidade disso no Brasil, podemos agora

retomar o fio da narrativa anterior considerando, conclusivamente, a violência peculiar do conservadorismo retrógrado e reacionário entre nós.

Analisando a mercantilização da violência em tempos recentes, Reis (2014) busca, nos estudos sobre o passado colonial, os elementos sociohistóricos capazes de oferecerem pistas para a compreensão do paradoxo da *cordialidade* brasileira. Para ele, a ideia de uma nação pacífica e civilizada, segundo a historiografia oficial, tomou forma:

[...] en la medida en que se percibe en la base de las relaciones de poder y hegemonía entre el estado y la prensa en Brasil, la existencia de un nexo ideológico fundador de un *protocolo* que confiere a la sociabilidad brasilera un carácter de cordialidad, de búsqueda civilizada de consenso y de rechazo a cualquier tipo de conflicto. (REIS, 2014, p. 262)

Assim, o autor destaca que, ao transferir para o colono o foro sobre determinada parte das terras, o proprietário acordava com o foreiro uma troca de *favores*, mediante a qual o proprietário buscava inculcar no foreiro a ideia de que, junto ao benefício da sua inclusão social, estava a prática da violência contra os escravos e trabalhadores livres agora submetidos ao seu controle direto. Visto pelo ângulo do foreiro, o *favor* da concessão da terra assumia a forma de *valor*, e, ao assumir o benefício, passava à condição senhorial, a despeito de continuar sendo um oprimido dentre outros. Em uma cadeia hierárquica decrescente, o foreiro estendia esse *valor* favorecendo os escravos e trabalhadores mais fortes ou mais habilidosos com benefícios e implicações análogas ao que recebera, dentre outras coisas, a prática da violência. Incorporada à práxis social colonial, o *favor* era uma *esperteza* assumidamente encarada como tal pelos envolvidos, sendo que, dessa forma, a violência se tornaria, dialeticamente, uma prática opressiva de todos, proprietários, foreiros, trabalhadores e escravos, contribuindo, decisivamente, para que a violência se entranhasse, definitivamente, no tecido social do Brasil com requintes de perversão (REIS, 2014).

No curso das transformações econômicas e sociais que tiveram início com a descoberta das jazidas no interior da colônia, não por acaso os foreiros ou seus herdeiros foram os migrantes que emergiram como a pequena burguesia “enraizada”, sobre a qual discorreremos anteriormente. Nesse sentido, na medida mesma em que, face às novas condições da dinâmica das relações sociais, observamos que o conflito ideológico peculiar desse segmento nasceu de uma atitude particular de autoproteção do seu conservadorismo, podemos dizer agora que, dada a forma pronunciadamente reacionária

de tal estranhamento, carregou ainda os piores instintos da sua particularidade, como o autoritarismo, a arrogância, a *esperteza* como *valor*. De modo a alimentar os pressupostos do que este artigo se serve, podemos acrescentar, por fim, que o abandono, a repressão, a brutalidade e a crueldade fazem parte dos muitos fatores sócio-históricos que, isolados ou misturados, constituem a base objetiva dos discursos retrógrados e reacionários da pequena burguesia na atualidade.

## Referências

ALBUQUERQUE, M. M. **Pequena história da formação social brasileira**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. v. 1. 13<sup>a</sup> ed. Brasília: Editora UNB, 2010.

BURKE, E. Reflexões sobre a Revolução na França. Campinas: Vide editorial, 2017.

CONSTANT, B. **Princípios de política Aplicáveis a todos os governos**. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2007.

COUTINHO, C. N. *Cultura e Sociedade no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: FLACSO, 2005. DANTAS, D. F. **História e Consciência de Classe. Lukács e uma Abordagem Dialética do Partido Para Além do Proletariado**. Niterói: UFF, PPGCP, 2014.

DANTAS, Diego Fonseca. Ideologia e cultura educacional: estudo crítico sobre o conservadorismo em Educação no Brasil. 2020. 136 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

ERCORSIN NETTO, L. **O conservadorismo clássico. Elementos de caracterização e crítica**. São Paulo: Cortez, 2013.

FERLINI, V. L. A. Perspectivas de Pesquisas de critérios de organização empresarial e de mentalidades econômicas no Período Colonial. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 11, n. 22, mar./ago. 1991.

FERNANDES, F. **A revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.

FURTADO, C. **A formação econômica do Brasil**. 34º ed. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

HUME, David. Ensaio Morais, Políticos e Literários. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2004

\_\_\_\_\_. Tratado da Natureza Humana. São Paulo:UNESP, 2009.

KONDER, L. **Introdução ao fascismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LESSA, C. **Rio de todos brasis**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, G. **Conversando com Lukács. Entrevista a Leo Kofler, Wolfgang Abendroth e Hans Heinz Holz**. 1ª ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

\_\_\_\_\_. Anotações sobre o materialismo burguês. *Revista Crítica Marxista*, São Paulo, n. 31, p. 133-138, 2010.

\_\_\_\_\_. **História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista**. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

\_\_\_\_\_. **El asalto a la razón. La trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler**. México, DF: Ediciones Grijalbo, 1968.

MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **O manifesto comunista**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

\_\_\_\_\_. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. As lutas de Classe na França. 1º edição. São Paulo: Boitempo, 2012.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: ornitorrinco**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 7 ed. São Paulo:

Brasiliense, 1963.

PRIORE, M. **Histórias da gente brasileira**. São Paulo: Leya, 2016.

REIS, R. R. La violencia como mercancía. In: REIS, R. R.; et al. (orgs.). **Tiempos violentos. Barbarie y decadencia civilizatoria**. Buenos Aires: Herramienta, 2014.

SAMARA, E. M. Patriarcalismo, família e poder na sociedade brasileira (séculos XVI-XIX). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.11, n. 22, mar/ago. 1991.

SCHWARCZ, L. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Companhia das letras. 2019.

SODRÉ, N. W. **Síntese de história da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TOCQUEVILLE, A. de. **O Antigo Regime e a Revolução**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

VIANNA, O. **Populações meridionais do Brasil**. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia, 2005.

## Outras fontes

**GUERRAS do Brasil.doc**. Direção: Luiz Bolognesi. Produção: Luiz Bolognesi. Netflix. 2019. Tempo de duração. 60min.

## Informações adicionais e declarações do autor (integridade científica)

**Declaração de conflito de interesses:** o autor confirma que não há conflitos de interesses na condução desta pesquisa e na redação deste artigo. **Declaração de autoria:** todos e somente os pesquisadores que cumprem os requisitos de autoria deste artigo são listados como autores; todos os coautores são totalmente responsáveis por este trabalho em sua totalidade. **Declaração de originalidade:** a autora garantiu que o texto aqui publicado não foi publicado anteriormente em nenhum outro recurso e que futuras republicações somente ocorrerão com a indicação expressa da referência desta publicação original; ela

também atesta que não há plágio de terceiros ou autoplágio.

## Como citar (ABNT Brasil):

FONSECA DANTAS, D. D. Conservadorismo e fascismo como questões culturais. **Revista Bindi: Cultura, Democracia e Direito**, [S. l.], v. 2, n. 3, e2320232 [s.d.]. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.10081106>. Disponível em: <https://revistas.inb.org.br/index.php/bindi/article/view/26>. Acesso em: 7 nov. 2023.



Os artigos publicados na Revista Bindi estão licenciados sob a Licença Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY 4.0).